



Ministério da
Fazenda



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Elevador em Manaus/AM

Processo: 10280-726.744/2024-98

Classificação: Documento público de livre acesso

Pelo presente, declaro que, para elaboração do presente edital, utilizei a minuta padrão de Edital, Termo de Referência e Contrato aplicáveis para “serviços comuns de engenharia”, já previamente aprovadas pelo Conselho de Consultoria Administrativa da PGFN. A data de atualização consta na nota de rodapé dos respectivos documentos.

Declaro que não houve **intenção** de engendrar nenhuma alteração substancial de mérito no texto padrão e *procurou-se essencialmente* preencher os campos que ela mesmo indica como de adequação obrigatória, conforme as instruções ali presentes.

Declaro, ainda, que os únicos itens que foram modificados ou excluídos em mencionadas minutas estão todos destacados na **cor vermelha (exclusões tachadas)**. As justificativas para alterações estão apresentadas a seguir:

EDITAL:

- Exclusão geral dos itens relativos a Registro de Preços, por não ser a modalidade aqui utilizada
- Escolha da disputa em modo “aberto”, conforme praxe administrativa já testada e aprovada
- Licitação sem participação exclusiva de micro e pequenas empresas
- 2.6.9. Vedação de consórcio e cooperativa, conforme justificativa a seguir:

Cooperativas: os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Consórcio: É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade. No que respeita ao objeto do presente documento, o serviço é comum, e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

4.7. Permissão para usar Simples Nacional

4.8.1. Opção pela validade de 60 dias

5.8. Intervalo mínimo de lances considerado adequado para diferenciação e disputa de lances

5.22.4 e 7.12.1. Opção pelo prazo de 02 horas

11.11. Orientação PGFN em outro processo para não chamar Termo de Referência de Anexo e trata-lo com ‘status’ similar ao Edital



Ministério da
Fazenda



TERMO DE REFERÊNCIA: (todo em preto)

- Remeter detalhes técnicos para IMR e Plano de Manutenção.
- Opção por vedar antecipação de pagamento para evitar nítido risco na entrega do serviço
- 1.3. Prazo de vigência do contrato conforme novo padrão nacional DIENG
- 4.7. Critérios de sustentabilidade conforme Guia Nacional
- 4.8. Permitir subcontratação parcial conforme orientação da equipe de engenharia
- 4.9. Percentual de garantia considerado suficiente para este tipo de objeto
- 4.10. Horário de vistoria definido pela administração
- 5. Requisitos técnicos do objeto, normas técnicas aplicáveis, glossário de termos técnicos, local e especificação de equipamentos
- 5.3.12 e 8.39. Exigência de profissionais habilitados para o serviço
- 5.29. Peças fornecidas às expensas da contratada
- 8.28. Requisito de 10% para patrimônio líquido, conforme Termo de Justificativas Técnicas Relevantes
- 8.32, 8.34.1, 8.37.1 e 8.39. Requisito de habilitação técnica conforme orientação da equipe de engenharia

CONTRATO:

- 1.2.4. Vincular IMR e Plano de Manutenção Preventiva
- 1.3. Regime de execução conforme orientação da equipe de engenharia
- 2.1. Prazo de 05 anos conforme nova orientação técnica da equipe nacional de engenharia
- 4.1. Vedar subcontratação conforme orientação técnica de Engenharia no TJTR
- 6.1. Explicitar periodicidade do pagamento: mensal para preventiva, e variável para corretiva
- 7.1.1. Dada base IPCA por ser serviço não vinculado à construção civil
- 8.11.1 e 8.12. Definição de prazo conforme praxe administrativa já testada e aprovada
- 9.48. Exigir ART conforme orientação da equipe de engenharia
- 11.1 e 11.2. Garantia em percentual definido pela equipe de engenharia, conforme Termo de Referência e Justificativas Técnicas Relevantes
- 12.2.iv. Definição de percentual para multa conforme praxe administrativa já testada e aprovada
- 11.13 e 12.4.3. Opção por uniformizar prazo de 10 dias úteis

(Assinado e datado digitalmente)

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe Regional de Licitações

Portaria SRRF02 n. 295/2023



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 05/08/2024 12:51:20 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 05/08/2024 12:51:20 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 02/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP02.0924.15543.52DJ

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
87121234CAD3EA9AD0CDD2BE1398F23BBDAE499537DF2BA75B18D3DBF119B197**